



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS**  
**PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CPD AO**  
**PROJETO DE LEI Nº 3.834, DE 2023**

Concede isenção de Imposto Renda, para pessoas com deficiência e respectivos representantes legais ou curadores.

**Art. 1º** Fica isenta do pagamento do Imposto de Renda incidente sobre os rendimentos de que tratam os arts. 7º, 8º e 12-A, da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, a pessoa com deficiência, nos termos do art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

Parágrafo único. O disposto neste artigo também se aplica aos rendimentos recebidos pelo representante legal, no caso de pessoa com deficiência menor de idade ou por seu curador, conforme dispõem os arts. 84 a 87 da Lei nº 13.146, de 2015.

**Art. 2º** Para ter direito à isenção, o requerente deve apresentar cópias dos seguintes documentos:

I – documento de identificação do requerente (RG e CPF) e do representante legal ou curador, conforme o caso;

II – documento que comprove o vínculo de dependência ou o termo de curatela, quando aplicável; e

III – avaliação da deficiência, nos termos dos §§ 1º a 3º do art. 2º da Lei nº 13.146, de 2015.



**Art. 3º** A isenção do Imposto de Renda de que trata esta Lei não desobriga a pessoa com deficiência e seu representante legal ou curador da apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda, nos termos da legislação vigente.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor em 120 dias após sua publicação.

Sala da Comissão, em 19 de novembro de 2024.

Deputado **WELITON PRADO**  
Presidente

